

do com a condição de que seja plenamente assumida, com consciência e alegria.

IMITAÇÃO DE CRISTO

Cristo veio dizer-nos que Deus é amor; que devemos amar-nos como Ele nos amou e mostrou-nos como esse amor pode ser vivido numa vida humana: "Não há amor maior do que dar a vida por quem se ama" (Jo 15,13). Na verdade Ele não deu um código de vida consagrada, mas viveu de tal modo que aqueles que fossem inspirados a segui-lo, o fariam, imitando-o. Ele não admoesta para suscitar uma decisão, mas revela o mistério do amor de Deus para que "quem puder compreender, compreenda..." (Mt 19,12). O dom de si a Deus na consagração virginal é uma resposta de amor ao amor dEle, uma resposta pessoal a um amor pessoal. Cristo mesmo se apresentou como "eunuco".

Ele não impôs, mas propôs esse modo especial de vida. Assim, toda consagração casta é imitação de Cristo, o casto por excelência. Ele fez testemunhas privilegiadas àqueles e àqueles que iniciou particularmente em seu ministério e que deixaram tudo para segui-lo. Jesus mesmo dá testemunho de que o verdadeiro amor, seja ele humano ou divino, triunfa na profundidade do ser humano para além do "carnal".

A virgindade casta e consagrada é um fato presente que contém, em si, uma realidade futura-escatológica

e que, no seu atuar é abraçado "não apenas como preceito de uma lei eclesiástica, mas como um precioso dom de Deus" (OP 9). O dom que se abraça na castidade, à luz da vocação cristã, deve consistir, pois, na capacidade de crescer e amadurecer num amor de dimensões humanas e divinas. Deve-se aprender a amar os outros nas relações pessoais, de colocar o afeto e o sexo a serviço do amor. Atribuir à virgindade consagrada o devido apreço, significa, também, estimar o matrimônio cristão.

É preciso contrapor às limitações humanas, uma profunda amizade, pois o celibato e a virgindade não são sinônimo de fechamento e isolamento, mas abertura na amizade e no acolhimento do coração a todos que fazem parte da vida. As palavras: "Não é bom que o homem esteja só..." (Gn 2,18) devem aplicar-se, também, ao cristão e à cristã que se consagram à vida virginal e casta. Sacerdotes, religiosos, religiosas, leigos e leigas não são classes distintas e separadas. Em virtude das relações humanas e do comum trabalho pelo Reino, podem todos colaborar para a edificação do Corpo de Cristo no Amor.

Côn. José Adriano é doutor em Teologia Moral e professor titular na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção

A BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA E A BUSCA DA UNIDADE

Pastor Ervino Schmidt

INTRODUÇÃO

Com "temor e tremor" aceitei o convite para fazer algumas colocações sobre dificuldades e perspectivas no diálogo entre católicos e protestantes sobre Maria. Encorajou-me a perspectiva de já estar sendo possível sair da contraposição áspera e dura para uma reflexão franca e aberta sobre Maria.

No Brasil, esta reflexão ainda não encontrou o devido espaço no mundo ecumênico. Outros temas têm merecido prioridade. Em nível internacional já se têm feito alguns avanços; menciono os congressos mariológicos e os diálogos bilaterais católico-luterano e católico-anglicano. Muito me inspirou um material de grupo de trabalho "Catholica" da Igreja Evangélica Luterana Unida da Alemanha e do Comitê Nacional Alemão da Federação Luterana Mundial. Este material foi editado sob o título "Maria - a mãe do nosso Senhor".

Procuro abarcar as posições principais da Reforma quanto à veneração de Maria e considerar a apropriação das mesmas pelas igrejas herdeiras.

Mesmo procurando abrangência confessional, minha abordagem do tema necessariamente terá um acento luterano.

Por fim resta-me dizer que o texto que aqui apresento quer ser entendido como um primeiro ensaio.

1. MARIA NO NOVO TESTAMENTO

O Novo Testamento é um vigoroso e polifônico testemunho acerca do agir libertador de Deus em e através de Jesus Cristo, seu Filho. Trata-se do agir gracioso de Deus. Ele vem de encontro ao ser humano sem que este o mereça. Deus torna-se bem próximo aos que dele se haviam distanciado.

Esta opção radical e irrevogável de Deus pela salvação do mundo é parte essencial na vida e proclamação de Jesus. Para Ele, o Reino de Deus é caracterizado pelo poder do amor. Por isso, Jesus anuncia o amor como pertencente à essência de Deus que se deixa determinar por este amor, até à morte. Assim se dá a vitória da Vida. Jesus é o "lugar" onde Deus se dá a conhecer. Ele próprio diz, conforme o evangelista João, "quem me viu, viu o Pai" (Jo 14.9). E Jesus é um dado concreto

na história que pode ser datado e localizado. É neste sentido que a tradição bem antiga, anterior aos evangelhos, insiste na indicação concreta quanto à humanidade de Jesus e coloca de maneira lapidar: “nascido de mulher” (Gl 4.4). Ao mesmo tempo, essa é a primeira menção do Novo Testamento sobre Maria. Não se destaca, porém, nenhum papel especial de Maria. O acento é cristológico. Na pessoa de Jesus de Nazaré Deus veio ao mundo, ou como o expressa o evangelista João: “o verbo se fez carne e habitou entre nós e nós vimos a sua glória; glória essa que, Filho único cheio de graça e de verdade, ele tem da parte do Pai” (Jo 1.14). É neste contexto da história da salvação que as afirmações feitas a respeito de Maria, recebem seu mais profundo significado.

No início deste maravilhoso caminho da encarnação do Verbo está à disposição de Maria ser serva do Senhor! “Faça-se em mim segundo a tua palavra” (Lc 1.38). Conforme os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas a mãe de Jesus é Maria. Ela estava casada com um carpinteiro de nome José (Mt 13.55, Jo 6.42). O evangelista Marcos (Mc 6.3) menciona quatro irmãos de Jesus que o pai da Igreja, Jerônimo, passa a entender como primos. Os evangelhos nos contam que a proclamação de Jesus, inicialmente, causava alguma dificuldade para a sua mãe (Mc 3.31-35, Mt 12.46-50, Lc 8.19-21).

Nas célebres narrativas do nascimento de Jesus, Mateus e Lucas destacam a concepção através do Espírito Santo. O anjo anuncia: “O Espírito Santo virá sobre ti e o poder do Altíssimo se cobrirá com a sua sombra; e por isso aquele que vai nascer será santo e será chamado Filho de Deus” (Lc 1.35). A este anúncio, Maria se submete em obediência de fé. Esta fé é então exaltada por Elisabete com as palavras: “Bendita aquela que creu, pois o que lhes foi dito da parte do Senhor se cumprirá” (Lc 1.45).

Com tudo isso, ela não se vangloria. Não se exalta a si mesma. Em vez disso, ela exalta o Senhor. Ela não tem nada do que se gloriar. E aí estamos diante de uma das mais belas páginas do Novo Testamento, o *Magnificat* (Lc 1.46-55), “Minha alma exalta o Senhor e meu espírito se encheu de júbilo por causa de Deus, meu Salvador, porque ele pôs os olhos sobre a sua humilde serva...” Ela, essa humilde serva, é bem aventurada. De fato tem razão quem vê nela o exemplo daqueles que serão chamados de bem aventurados pelo próprio Jesus (Mt 5.3).

E ainda nos vêm à memória as proféticas palavras que confessam Deus como Senhor da história. “Ele interveio com toda a força do seu braço; dispersou os homens de pensamento orgulhoso; precipitou os poderosos de seus tronos e exaltou

os humildes; os famintos ele cobriu de bens e os ricos, despediu-os de mãos vazias” (Lc 1.51-53).

Maria é o próprio exemplo para esse agir de Deus. Ele inverte os valores. Exalta o que nada é. Esse é o seu jeito: ouvir o grito dos excluídos e colocar-se em defesa daqueles que nada têm a oferecer. A eles manifesta o poder do amor. Os que norteiam sua vida pelo amor ao poder, Ele os despede... vazios! É necessário mencionar ainda que as narrativas bíblicas do nascimento são marcadas pela pobreza da manjedoura.

Já temos aqui uma indicação de que o caminho de Jesus haveria de levá-lo à cruz. E lá estará Maria, ao pé da cruz. O evangelista João descreve a cena: “Vendo assim a sua mãe, e perto dela o discípulo que ele amava, Jesus disse a sua mãe: Mulher, eis aí o teu filho. A seguir, disse ao discípulo: Eis aí tua mãe. E desde aquela hora o discípulo a recebeu em sua casa” (Jo 19.26-27).

E, por fim, temos ainda a concepção bíblica que permite a comparação de Maria com a Igreja. Conforme o Apocalipse de João, capítulo 12, um grande sinal aparece no céu. É “uma mulher vestida de sol”, que gera o salvador do mundo. Nem o “grande dragão, vermelho-afogueado” pode impedir a vitória da salvação!!

As igrejas da Reforma sempre insistiram na centralidade da Escritura. Assim, elas assumem todo esse rico

testemunho a respeito de Maria. Temos que reafirmar a partir daí: *Maria não é só católica; ela é, também, evangélica.*

2. CONFISSÕES DA FÉ COMUM

A fé cristã, vivenciada em distintas culturas e contextos, necessita formulação comum. A fé no único Senhor encontrou forma em credos, que uniam os cristãos não obstante às diferenças de cultura, classe e raça.

Surgiram formulações como o *Credo Apostólico* e o *Credo Niceno Constantinopolitano*. Ambos gozam de ampla aceitação entre as igrejas. O Credo de Nicéia e de Constantinopla (381) - até hoje - é percebido como expressão apropriada dos fundamentos da fé apostólica. Sua acolhida foi mais universal do que a de qualquer outra confissão formulada. Pois bem, esses credos são aceitos por, praticamente, todas as igrejas. São herança comum.

Nascido da Virgem Maria

Também os cristãos evangélicos confessam “concebido do Espírito Santo nasceu da Virgem Maria”. E, com o Niceno Constantinopolitano, afirmam: “Cremos em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os séculos (Deus de Deus), Luz de Luz, Verdadeiro Deus de Verdadeiro Deus, gerado e não feito, da mesma substância que o Pai, por

meio do qual todas as coisas vieram a ser; o qual, por nós, os homens, e pela nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou do Espírito Santo e da Virgem Maria e se fez homem e foi por nós crucificado sob Pôncio Pilatos e padeceu e foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo às Escrituras, e subiu aos céus e está sentado à direita do Pai e virá de novo, com glória a julgar vivos e mortos; e do seu reino não haverá fim". Destaca-se a humanidade de Jesus. É aí que se rompe a distância entre Deus e os seres humanos. Verdadeiro homem, mas também verdadeiro Deus, pois concebido pelo Espírito Santo. Não se destaca, porém, qualquer mérito próprio de Maria.

"A referência à virgindade de Maria, muito longe de estatuir um valor próprio à Maria, justamente o desfaz. Maria não tem mérito algum, não pode fazer nada, mas foi simplesmente agraciada. Ela é simplesmente recebedora. Como tal é condizente lembrá-la, mas sempre apenas como aquela que foi escolhida por Deus para dar à luz seu filho. A referência à virgindade de Maria, antes de ser a descrição de um fato biológico, é expressão da confissão de que aquele Jesus, tão humano, nascido de Maria, é o enviado de Deus, sim: é o próprio Deus" (Walter Altmann - Proclamar Liberdade, Catecismo - p. 101).

Que Deus assumiu forma humana, que o Verbo se fez carne é, no fundo, um mistério. Este mistério é expresso de maneira magistral nas narrativas bíblicas do nascimento de Jesus e também nos credos que mencionamos. Modificando uma expressão de Ulrich Wilckens (O Novo Livro da Fé, p: 390) eu diria: o singular nascimento é sinal para o nascido singular.

Mãe de Deus

O Terceiro Concílio Ecumênico, realizado em Éfeso no ano de 431 afirma: "Quem não confessa que Emanuel é verdadeiramente Deus e a Santa Virgem, por isso, Mãe de Deus (...) seja excomungado". É uma formulação cristológica, sem dúvida, muito forte.

Tal formulação é retomada, em 451, no Quarto Concílio Ecumênico, em Calcedônia. Este título "theotokos", Mãe de Deus, praticamente não é contestado. As igrejas que reconhecem os Concílios Ecumênicos, reconhecem, também, o título Mãe de Deus e o respeitam. Talvez o "Theotokos" possa vir a ser elemento importante na discussão ecumênica sobre Maria. Permanece a pergunta: Por que não aceitar, igualmente, a formulação de Nestório que propunha o *Christotokos*.

Aliás, talvez devêssemos estudar as formulações destes credos ainda mais a partir do histórico do seu surgimento do que aqui nos é possível

fazer. De qualquer modo, a designação Mãe de Deus é feita com clara intenção cristológica.

3. A REFORMA E A VENERAÇÃO DE SANTOS

Se em tudo que foi exposto acima identificamos herança comum, porque tanta dificuldade quanto à veneração de Maria nas igrejas da Reforma?

Parece-me que a questão deve ser examinada no contexto mais amplo da invocação dos santos.

Na piedade medieval era prática corrente depositar grande esperança no poder de intercessão dos santos. Havia os patronos da região ou de determinada corporação. Havia santos especialistas em livrar de perigos específicos. Entendia-se que estes santos, como intermediários, estariam bem mais próximos dos seres humanos. Pedia-se, por isso, a sua intervenção junto a Deus. O povo era, inclusive, encorajado neste sentido. Era um verdadeiro florescimento dessa devoção aos santos como intercessores e milagreiros.

Os Reformadores viam aí Deus relegado a um plano secundário. Sabemos que Lutero, durante sua vida, estava sempre preocupado em deixar Deus ser Deus. Todo seu trabalho era, por assim dizer, uma interpretação do 1º mandamento, ou seja, do Senhorio incondicional de Deus.

No Catecismo Maior, Lutero se voltava contra a prática de buscar socorro junto aos santos. Via nisso uma usurpação do lugar que cabe exclusivamente a Deus. Diz ele: "a idolatria (...) não consiste unicamente em erigir uma figura qualquer e se prostrar diante dela, mas sim, antes de mais nada, consiste em distrair-se, olhando para o lado, ao invés de olhar para Deus" (Catecismo Maior, interpretação do 1º Mandamento).

Exclusivamente em Jesus Cristo, o grande advogado, diante de quem "se dobre todo joelho dos que estão nos céus, na terra e debaixo da terra" (Fp 2.10) temos quem defende a nossa causa. Na confissão de Augsburgo (1530) isso tudo é assim resumido: "A Escritura, porém, não ensina que invoquemos os santos ou peçamos auxílio deles, porque nos propõe um só, Cristo, como mediador, propiciador, sumo sacerdote e intercessor. É a ele que se deve invocar, e ele prometeu que haveria de ouvir as nossas preces. E esse culto aprova-o muitíssimo, a saber, que seja invocado em todas as aflições (1 João 2.1): 'Se alguém pecar, temos Advogado junto a Deus', etc."

Também Zwinglio se ocupa, extensivamente, com esse assunto. Julga importante que os fiéis intercedam uns pelos outros, mas se volta com veemência contra a invocação dos santos. Cristo é único Mediador entre Deus e os homens. De forma alguma há necessidade da mediação dos santos.

Os méritos dos santos não nos podem ajudar. Na concepção de Zwinglio, seria ofensa a Deus pensar que ele precisa ser influenciado para que nos venha a ser favorável. Já não nos disse Ele que é nosso Pai? (cf. *Corpus Reformatorum*, vol. LXXXIX, p. 218 e 221). Podemos buscar inspiração na coragem e na fé dos santos, isso sim, mas não nos dirigir a eles em oração. Nem Maria deseja ser invocada. Ela nos diria: "Honrai a Deus como eu o honrei com a fé, a obediência e a paciência na afeição; que minha vida vos seja uma prova de que todos aqueles que pertencem a Deus não de passar por duras provações na terra. Quanto não sofri eu mesma? Se, pois, a mãe do Filho conheceu a bênção do sofrimento (*Hartseligkeit*), deveis conhecê-la também. Suportareis mais facilmente vossas provações quando vos lembrardes de que eu já as venci." (Op. cit., p. 196, citado conforme H. Strohl - *O Pensamento da Reforma*, p. 65/66).

Igualmente, Calvino foi bastante explícito quanto ao assunto da invocação dos santos. Para ele importa, manter-se nos limites do que nos foi revelado. Volta-se contra todo tipo de especulação. Em parte nenhuma a Escritura diz algo sobre a invocação dos santos. Tudo isso fica bem explícito na Confissão Helvética, cap. V: "Ensinamos que somente o verdadeiro Deus deve ser adorado e cultuado. Esta honra não concede-

mos a nenhum outro, segundo o mandamento do Senhor: 'Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele darás culto' (Mt 4.10)". Somente Deus deve ser invocado e isso pela exclusiva mediação de Cristo.

"Em todas as crises e provações de nossa vida invocamos somente a ele e isso pela mediação de Jesus Cristo, nosso único mediador e intercessor. Eis o que nos é claramente ordenado: 'Invoca-me no dia da angústia: eu te livrarei, e tu me glorificarás' (Sl 50, 15). Temos uma promessa generosíssima do Senhor, que disse: 'Se pedirdes alguma coisa ao Pai, Ele vo-la concederá em meu nome' (Jo 16.23), e: 'Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei' (Mt 11.28)".

E mais adiante se reafirma com todo vigor que os santos não devem ser adorados, cultuados ou invocados. "Por essa razão, não adoramos, nem cultuamos nem invocamos os santos dos céus, nem outros deuses, nem os reconhecemos como nossos intercessores ou mediadores perante o Pai que está no céu. Deus e Cristo, o Mediador, nos são suficientes. Nem concedemos a outros a honra que é devida somente a Deus e ao seu Filho, porque ele, claramente, disse: 'A minha glória, pois, não a darei a outrem' (Is 42.8). E porque São Pedro disse: 'Porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos sal-

vos', a não ser o nome de Cristo (At 4.12). Nele, os que dão seu assentimento pela fé não buscam coisa alguma além de Cristo".

Os reformadores são unânimes em se voltar contra a invocação dos santos. Mas, é importante notar que, no fundo, há uma concepção positiva dos santos. Numa lindíssima interpretação do Magnificat (1521) Lutero não se cansa de ressaltar o quanto podemos aprender em termos de espiritualidade, da oração de Maria. Aliás, a primeira edição dessa obra no Brasil foi promovida pela Igreja Católica Apostólica Romana. É um sinal visível de ecumenismo.

A posição luterana, conforme o artigo 21 da Confissão de Augsburg, é de grande respeito aos santos: "Do culto aos santos ensinam que se pode lembrar a memória dos santos, a fim de lhes imitarmos a fé e as boas obras". E ainda mais: o artigo que fala dos santos, encontra-se na primeira parte da CA, dos artigos principais da fé, e não na segunda que fala das divergências. E, expressamente, se diz: "Esta é, mais ou menos, a suma da doutrina entre nós. Pode-se ver que nela nada existe que divirja das Escrituras, ou da Igreja Romana, até onde nos é conhecida dos escritores. Assim sendo, julgam duramente os que requerem sejam os nossos tidos por hereges. A dissensão toda diz respeito a alguns poucos abusos que se infiltraram nas igrejas sem autoridade certa". Temos

aí, sem dúvida, indicadores que nos podem ajudar no caminho do diálogo ecumênico.

4. DOIS NOVOS DOGMAS MARIANOS: "IMACULADA CONCEIÇÃO" E "ASSUNÇÃO AO CÉU"

Surgem novos dogmas marianos. Entende-se que todos eles são desenvolvimento das afirmações contidas no Novo Testamento e nas confissões da igreja antiga a respeito da concepção pelo Espírito Santo e do nascimento virginal. O nascimento virginal já havia sido ampliado no sentido de Maria "semper virgo". Um passo além é, então, a afirmação da "imaculata conceptio". Em 1854 o Papa Pio IX proclama: "*por singular privilégio da graça de Deus Todo-Poderoso, com vistas aos méritos de Jesus Cristo, salvador do gênero humano, desde o primeiro instante da sua concepção, foi preservada imune do labéu do pecado original*" (Denzinger-Schönmetzer, 2803). Maria é, totalmente, sem pecado. Ela está livre de qualquer mancha do pecado original. Isto, para ouvidos protestantes, soa como de difícil conciliação com a Sagrada Escritura, pois são muito habituados com a teologia paulina e, sobretudo, com a lapidar constatação em Rm 3.10: "Não há justo, nem sequer um." Não há distinção, "pois todos pecaram e carecem da glória

de Deus" (v.23). Tem-se a impressão de que, no fundo, Maria não fazia parte do gênero humano.

Cem anos mais tarde, já no nosso século, surgiu o quarto dogma mariano. Em 1950, o Papa Pio XII proclama a glorificação de Maria; "No fim de sua vida terrena, a imaculada Mãe de Deus e sempre Virgem Maria foi levada com corpo e alma para a celeste glória" (Denzinger-Schönmetzer, 3903).

Para as igrejas da Reforma essa doutrina é estranha ao Evangelho. Ela espelha uma indevida glorificação da natureza humana. Maria é destacada da comunhão dos santos e elevada para a celeste glória e colocada junto ao Filho. Desta forma ela é co-redentora e mediadora de todas as graças.

Estes dois dogmas novos são realmente problemáticos e são um empecilho para o diálogo ecumênico sobre o papel de Maria na história da salvação. Ulrich Wilckens, renomado professor de teologia evangélica, diz: "Ambos os dogmas baseiam-se exclusivamente em uma tradição constitutiva extra e pós-bíblica. Isso ainda poderia passar como fundamentação de uma piedade mariana do alvedrio de cada um. Porém, ao elevá-los a dogma, o magistério eclesiástico pôs-se acima da Escritura e exerceu coação sobre as consciências. Com isso, o magistério impulsionou uma piedade mariana que (...) obscurece a visão sobre

Cristo, mediador único entre Deus e o homem" (In: O Novo Livro da Fé, p. 393).

Na concepção evangélica, Maria é exemplo para o agir gracioso de Deus. Como tal, ilumina a existência cristã, mas não a fundamenta. "Ela é ilustração, mas jamais norma da fé" (In: Maria, die Mutter unseres Herrn, p. 20).

5. O LUGAR DE MARIA NA ESPIRITUALIDADE DAS IGREJAS EVANGÉLICAS, HOJE

É difícil pintar um quadro preciso. A mesma Igreja, em países e culturas diversas, assume atitudes e práticas diferentes quanto ao cultivo da memória de Maria. Mesmo no Brasil, há diferentes ênfases nas diversas igrejas. De modo geral, porém, pode-se dizer que as igrejas da Reforma assumiram as críticas feitas pelos reformadores quanto à invocação dos santos.

Muitas vezes, porém, assumiram somente as críticas e deixaram de perceber a valorização do exemplo dos santos que também faz parte do pensamento da Reforma. Não são recordados os santos que nos antecederam na fé, também não os exemplos de fé e os mártires de hoje. Mas o povo que ignora os seus exemplos verdadeiros, torna-se sem raízes, sem identidade. Não se respeita o que diz em Hebreus (13.7). "Lembra-vos dos vossos guias que vos pregaram a palavra de Deus,

considerando atentamente a sua maneira de viver, e imitando a fé que tiveram". Em datas especiais são lembradas, unicamente, as figuras dos próprios Reformadores.

Quanto à Maria, ela é mencionada quando se recitam os credos (Apostólico e Niceno) e na época de Natal. A Igreja Luterana têm belas canções natalinas nas quais se destaca o nascimento virginal de Jesus. Eis alguns exemplos: "Menino lindo vos nasceu, **Maria foi que à luz o deu;**..." (HPD, 16) ou ainda: "Louvado sejas, ó Jesus! Resplandece o céu em luz. **Da Virgem nasceu em Belém;** os anjos cantam: Cristo vem! Aleluia" (HPD, 18). Mas a Igreja Luterana não tem hinos mariológicos. Maria não aparece no calendário litúrgico e no lecionário.

Uma posição especial, neste particular, ocupa a Igreja Anglicana. Luiz Caetano Grecco Teixeira, teólogo anglicano, a meu pedido, escreveu um artigo com o título: "A Bem-Aventurada Virgem Maria no Anglicanismo". Basicamente passo a reproduzir aqui, alguns pensamentos expressos neste seu artigo.

O Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, aprovado pelo Sínodo Geral em 1984, registra as seguintes festas marianas: Anunciação (25 de março); Visitação (31 de maio); Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de nosso Senhor Jesus Cristo (15 de agosto) e Natividade da Bem-

Aventurada Virgem Maria (8 de setembro). No Hinário Episcopal, há também um hino mariano.

Virgem Maria (Hino 107 - Hinário Episcopal)

1. Honra demos a Maria
Virgem bem-aventurada;
Adoremos a seu filho,
Luz do céu a nós mandada.
2. Honra ao filho de Maria!
Em seu lar de piedade,
Nem pobreza, nem fadiga,
Nele impedem a bondade.
3. Deus Menino veio à Terra,
Virgem-mãe lhe deu beleza,
Fez-se carne o eterno Verbo,
Nossa é dele a natureza.
4. Se deveres os separam,
É constante, puro e forte;
Seu amor à mãe bendita
Nela pensa até na morte.
5. Toda a glória ao Pai se oferte
Toda glória ao Filho seja,
Toda glória ao Paráclito
Cante sempre a santa Igreja

Ref. Essa mesma trilogia,
Lá no Céu, Maria entoa,
Repetida pelos santos,
Pela terra inteira ecoa!

Mas, Caetano esclarece: "Embora o calendário e o lecionário incluam festas marianas, não há culto mariano na Igreja Anglicana; o culto anglicano é exclusivamente cristocêntrico e dirigido à Santíssima Trin-

dade. Maria não ocupa nenhum lugar de destaque na liturgia anglicana, tampouco é invocada ou honrada nos altares. Maria é reverenciada e reconhecida como Mãe de Deus e, como os demais Santos do calendário, como testemunha do Cristo e referência para a vida dos cristãos. Os próprios para as festas marianas estão centrados no Cristo, único Senhor, único Mediador e único Intercessor diante do Pai. Não se dirigem orações nem louvores à Virgem, como não se dirigem orações aos demais Santos. Isso é praticamente uma regra geral”.

Podemos concluir que na Igreja Anglicana a Virgem Maria ocupa um lugar de destaque. Mas de modo algum é entendida como mediadora da graça. É tida, como nas demais Igrejas, herdeiras da Reforma, como exemplo e modelo de fé, mas não como advogada ou co-operadora na graça.

6. PISTAS PARA O DIÁLOGO ECUMÊNICO

Parece-me que ainda há um longo caminho a percorrer no que toca à compreensão do papel de Maria na história da salvação.

Todos nós concordamos que a Mãe de Jesus faz parte, de maneira inalienável, da mensagem do nascimento do Filho de Deus. Em nenhuma época a Igreja pode ignorar Maria, a mãe terrena do Salvador. Mesmo assim, há discrepâncias

consideráveis de doutrina entre as igrejas da Reforma e, especialmente, entre elas e a Igreja Católica Apostólica Romana. Mas os diálogos ecumênicos dos últimos anos têm abrandado posições extremadas e criado um clima de respeito e confiança que permite dialogar sobre temas ainda bastante controversos. A própria abertura para o diálogo já é, em si mesma, um gesto de amor. Para finalizar, algumas indicações que poderão ajudar na aproximação das igrejas no tocante à compreensão do papel de Maria.

a. As Igrejas Protestantes devem conscientizar-se do seu crescente afastamento da linha original da Reforma ao não darem o devido espaço para a veneração (não invocação!) dos santos. Teríamos que começar já pelo Novo Testamento. Por que não chamar Paulo de São Paulo e Mateus de São Mateus?

b. Um diálogo sobre a compreensão de “comunhão dos santos” certamente contribuiria para situar Maria na “nuvem das testemunhas”. Nem a morte rompe a comunhão daqueles que, em Cristo, estiveram fraternalmente unidos durante sua vida.

c. Certamente há elementos não teológicos que dificultam a compreensão do papel de Maria na história da salvação. Por isso, **percorrer juntos a Escritura** e a história poderá se constituir em importante contribuição para a aproximação.

d. Deve-se tomar a sério que desde o Concílio Vaticano II a Igreja Católica, oficialmente, tem assumido uma orientação de menor “euforia mariana”.

e. É importante também observar que o Vaticano II admite uma “hierarquia de verdades” (*herarchia veritatum*). (Decreto sobre Ecumenismo, número 11). Os dogmas marianos de 1854 e 1950 poderiam assim, receber menos destaque por amor aos irmãos que têm grandes dificuldades na compreensão dos mesmos.

f. Talvez seria possível uma moratória no uso de certas expressões muito em voga na espiritualidade mariana, como: “a Cristo através de Maria” (ad Christum per Mariam), “Rainha dos Céus”, “Advogada”, “Consoladora”, “Auxiliadora”, “Cooperadora na Graça” e “Medianeira”.

g. É importante, porém, buscar entender todo vasto campo da religiosidade popular. Religião age sobre os sentimentos. Estes em seu curso, fogem ao consenso doutrinário que buscamos.

h. Para o diálogo é decisivo reconhecer o esforço que, de parte a parte, está sendo feito no sentido de uma reconsideração da própria posição. A Igreja Católica, em boa medida, está tomando a sério o que diz o Vaticano II: “Tanto nas palavras quanto nos fatos evitem, diligentemente, qualquer coisa que pos-

sa induzir a erro os irmãos separados ou qualquer outra pessoa sobre a verdadeira doutrina da igreja”. (LG. 67).

i. De qualquer modo, também nas afirmações sobre Maria não se deve pretender unanimidade, mas aceitar um legítimo pluralismo teológico das diversas igrejas.

Bibliografia

ALTHAUS, Paul. **Die Christliche Wahrheit**, Gütersloh, 1969, p. 440-443.

ALTMAM, Walter. O segundo artigo. In: **Proclamar Liberdade** (Catecismo). Ed. Sinodal, São Leopoldo, 1982, p. 99-106.

CONFISSÃO DE AUGSBURGO. Ed. Sinodal, São Leopoldo, 1980

KIESSIG, Manfred (ed.). *Maria, die Mutter unseres Herrn*. Ed. Ernest Kaufmann, Lahr, 1991.

NAVARRO, Juan B. **Para compreender o ecumenismo**. Ed. Loyola, São Paulo, 1995, p. 173-176.

O LIVRO DAS CONFISSÕES. Publicado pela Missão prebiteriana do Brasil central, São Paulo, 1969.

PRENTER, Regin. In: *Van der Gemeinschaft der Kinder Gottes* - (uma interpretação do artigo 21). **Das Bekenntnis in Augsburg**. Ed. Martin Luther, Erlangen, 1980.

RITSCHL, Dietrich. Überlegungen zur gegenwärtigen Diskussion über Mariologie. In *Ökumenische Rundschau*, 31, 1982/4, otto Lembeck, Frankfurt a. Main.

STROHL, Henri. ASTE - Associação de Seminários Teológicos Evangélicos. *O pensamento da Reforma*, São Paulo, 1993.

TAKATSU, Sumio. Dogmas mariológicos e suas implicações. In: *ASTE - Associação de Seminários Teológicos Evangélicos* (ed.). *O Catolicismo Romano: um simpósio protestante*. São Paulo: ASTE, s.d.

TEIXEIRA, Luís Caetano G. *A Bem-aventurada Virgem Maria no Anglicanismo*. Polígrafo, 1996.

WILCKENS, Ulrich. "Maria". In: Feiner, Johannes - Vischer, Lucas (eds.). *O novo livro da fé*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1976.

Texto proferido em palestra integrante do *Encontro Latino-Americano de Estudos - Curso para Bispos*, Ibiúna-SP, 15 a 24/10/96 e publicado na *Revista de Cultura Teológica* com autorização do autor e permissão da *Revista Espaços* do ITESP.

JÓ: A VIOLÊNCIA CONTRA OS POBRES

Dr. Matthias Grenzer

Entre os textos bíblicos que abordam as realidades sócio-econômicas do Antigo Israel, os poemas do livro de Jó destacam-se de forma extraordinária. Jó 24 revela a reflexão mais detalhada. "O autor do texto sente-se provocado a colocar na boca de Jó a mais profunda e cruel descrição da miséria dos pobres, que se encontra na Bíblia".¹ Porém, o poema ainda não foi objeto de extensas pesquisas.² Este estudo apresenta uma investigação da primeira unidade literária (v.2-4) de Jó 24.

1. O TEXTO

a. Tradução do Texto Hebraico de Jó 24,2-4

Divisas deslocam (v.2a), um rebanho roubaram e forragearam (v.2b). O jumento dos órfãos removem (v.3a), penhoram o boi da

viúva (v.3b). Desviam pobres do caminho (v.4a), ao mesmo tempo, foram escondidos os oprimidos da terra (v.4b).

b. Maiores Variantes

V.2a: O texto hebraico não oferece um sujeito expresse. Ele está escondido no verbo que funciona como sujeito-predicado. Assim o hemistíquio³ é formado por, apenas, duas palavras. O objeto direto é realçado na primeira posição da frase.

A Septuaginta⁴ insere como sujeito *os ímpios* na primeira posição da frase: *Os ímpios transgrediram uma fronteira*. O objeto direto *fronteira* encontra-se, em oposição ao texto hebraico, no singular. O tempo do verbo grego (Aoristo) marca uma ação no passado, enquanto o verbo hebraico (Tempo Incompleto) coloca o aspecto do presente.

¹ G. Gutiérrez, Von Gott Sprechen in Unrecht und Leid - Ijob, Fundamentaltheologische Studien 15, München 1986, 61.

² Cf. a história das investigações em M. Witte, Vom Leiden zur Lehre. Der dritte Redegang (Ijob 21-27) und die Redaktionsgeschichte des Ijobbuches, Beihefte zur Zeitschrift für die alttestamentliche Wissenschaft 230, Berlin 1994, 7-55.

³ O conceito técnico hemistíquio designa a metade de um versículo.

⁴ A Septuaginta é uma tradução antiga dos escritos do Antigo Testamento hebraico para o grego. O Pentateuco já foi traduzido no 3º século a.C. O Prólogo de Eclo testemunha, por volta de 116a.C. que, ao lado do Pentateuco existem também as traduções gregas dos profetas e outros livros. Cf. E. Würthwein, Der Text des Alten Testaments. Eine Einführung in die Biblica Hebraica, Stuttgart 1988, 61.